

a voz da abadia

A VOZ DAS GENTES DE ENTRE HOMEM E CÁVADO

ANO VII — N.º 220
MENSAL

Director: ALEXANDRE VAZ

31 DE AGOSTO DE 1994



PREÇO: 50\$00

TAXA PAGA
4700 BRAGA
PORTUGAL

ROMARIA DA SENHORA DA ABADIA: A MAIS CONCORRIDA DOS ÚLTIMOS ANOS

O tempo estava de sol, ajudava para se fazer a viagem, tomar parte na romaria e apreciá-la.

O alargamento do pontão (mais conhecido como a ponte nova) da estrada que vem de Bouro, a adaptação dos campos do passal a parque com uma passagem em saibro por eles fora para não se levantar nenhuma poeirada, contribuíram para as pessoas virem à festa e ficar, já tinham onde estacionar os carros.

O Santuário encheu-se de gente em todas as eucaristias das festas: na missa solene do dia 15 grande parte teve de assistir à missa da galilé e do princípio do adro.

PÁGINA 3



ADERE-AMARES COMBATE DESERTIFICAÇÃO RURAL

Combater a desertificação que ameaça as zonas rurais do interior é um dos objectivos da ADERE-Amores, cuja Comissão Instaladora acaba de ser empossada — informou um dos seus dirigentes, Jorge Tinoco.

O papel que cabe à ADERE-Amores, no âmbito da linha seguida pelas associações para o desenvolvimento regional, não é apenas o de combater a desertificação que acabamos de referir, mas também dar

resposta a solicitações específicas, quer de empresas, quer de particulares, nomeadamente através de acções de esclarecimento e sensibilização.

A equipa da Associação para o Desenvolvimento Regional de Amores, liderada por Jorge Tinoco e da qual fazem parte António Barbosa, Carla Figueiredo, Carlos Miranda, Francisco Peixoto, Isabel Paredes e Vítor Dias, pretende ainda ajudar na criação do próprio

emprego e «promover a dignificação de costumes, produtos e lugares».

É ainda objectivo dessa Comissão Instaladora chamar para a região o investimento, estando previsto realizar, no âmbito das acções que se pretendem concretizar, iniciar um plano de actividades já no último trimestre deste ano.

Recorde-se que no II Encontro de Associações da Zona Norte, realizado em Ponte de

Lima no ano passado, uma das suas conclusões apontava as actividades a desenrolar pelas Associações de Desenvolvimento, cabendo a estas «considerar necessariamente as realidades locais e regionais e actuarem em complementariedade com os outros actores da sociedade, numa atitude de construção de parcerias para diferentes projectos», ao mesmo tempo que não devem descurar a sua consolidação.

FAMÍLIA, VIDA E SOLIDARIEDADE

PÁGINA 7

SUMÁRIO

Pelo Santuário

PÁGINA 3

Ideias & Factos

PÁGINA 4

PDM de Terras de Bouro
em fase de inquérito

PÁGINA 6

Crónicas Selvagens

PÁGINA 8

a voz da abadia

A VOZ DAS GENTES DE ENTRE HOMEM E CÁVADO

Quinzenário regionalista e independente

DIRECTOR

Prof. Alexandre Vaz

DIRECTOR-ADJUNTO

José Filipe

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Santuário de Nossa Senhora da Abadia

Santa Maria de Bouro

4720 AMARES

Telefone (053) 371197

PROPRIETÁRIO

Confraria de Nossa Senhora da Abadia

DEPÓSITO LEGAL N.º 12453/86

COMPOSTO E IMPRESSO

EDITORA CORREIO DO MINHO/SM

Palácio de Exposições e Desportos

Telefone 74087

4703 BRAGA CODEX

ASSINATURA ANUAL: 1.200\$00

NÚMERO AVULSO: 50\$00

TIRAGEM MÉDIA MENSAL

3.500 EXEMPLARES

PAGAMENTO DE ASSINATURAS

Tiveram a gentileza de pagar as suas assinaturas os nossos muito estimados assinantes:

António Rodrigues da Costa (Figueiredo)	1.200\$00	João Manuel da Silva (Amares) 1994	1.200\$00
Domingos José Costa Martins (Figueiredo)	1.200\$00	José Maria Martins da Lomba (Bouro-Amares) 1992/93	2.500\$00
António Costa Oliveira (França)	1.200\$00	Armando Felgueiras Dias (Ferreiros-Amares) 1991	1.200\$00
Francisco Sousa e Silva (Lisboa)	1.250\$00	Afonso de Sousa Ferreira (Luxemburgo) 1994/95	2.500\$00
Maria Emília Sousa e Silva (Feijó)	1.250\$00	Manuel José Mendes Ferreira (Sequeiros-Amares) 1993/94	2.400\$00
Carlos Alberto Gonçalves (Goães-Amares) 1994	1.200\$00	Dr.ª Maria do Sameiro Pires da Costa (P. de Frades-Amares) 1993	1.500\$00
Abílio Gonçalves Pires (Chamoim-T. de Bouro) 1993	1.500\$00	Agostinho Campos da Cunha (Vilela-Amares) 1995/96	2.500\$00
António da Silva Esteves (Vilela-Amares) 1992/96	6.000\$00	Jaime Maria Barreiros (Braga) 1994	2.000\$00
Virgílio dos Santos Mota (Vilela-Amares) 1993/94	2.500\$00	Maria de Lurdes Sousa Rodrigues (Braga) 1993/94	2.400\$00
João da Silva e Sousa (Luxemburgo) 1994	1.200\$00	Aníbal Silvío Pereira Gonçalves (Besteiros-Amares) 1993-94	2.500\$00
António Maria Rodrigues da Silva (P. de Bouro-V. Minho) 1994	1.200\$00	Adelino José Pinheiro (Figueiredo-Amares) 1994	1.200\$00
João Araújo Fernandes (Luxemburgo) 1994	1.200\$00	Vitor do Espírito Santo (França) 1992	1.200\$00
António Araújo Fernandes (Luxemburgo) 1995	1.200\$00	António Dias Portelo (Rio Caldo-T. de Bouro) 1994	1.200\$00
Francisco Zeferino Fernandes Marques (Luxemburgo) 1994	1.200\$00	Maria Joaquina Pereira (Goães-Amares) 1994	1.200\$00
João de Jesus Antunes Fernandes (Luxemburgo) 1994	1.200\$00	António Dias Felgueiras (Besteiros-Amares) 1993	1.200\$00
Fernando de Jesus Silva Martins (França) 1993	1.200\$00	Abel Martins Alves (Brasil) 1992	1.200\$00
Paulino Dias Nogueira (Souto-T. de Bouro) 1990/94	5.000\$00	Pároco de Calheiros (Ponte de Lima) 1994	1.200\$00
Maria Celeste da Costa Gonçalves (Covas-T. de Bouro) 1993/94	2.400\$00	Dionizinho Esteves da Silva (Amares) 1993/94	3.000\$00
Calimério de Jesus da Lomba (Paradela de Frades) 1994	1.200\$00	Remígio Gonçalves (Caldelas-Amares) 1994	1.200\$00
António José Fernandes Afonso (Luxemburgo) 1994	1.200\$00	João Oliveira Freitas (Rendufe-Amares) 1994	1.200\$00
Adelino da Conceição Dias (Luxemburgo) 1994	1.300\$00	António Fernandes (Valdozende-T. de Bouro) 1994	1.200\$00
António de Jesus Dias (Canadá) 1994/95	2.400\$00	José Albino Alvim da Silva (Amares) 1994	1.200\$00
Abílio Alves Marques (Luxemburgo) 1994	1.200\$00	António Gonçalves Sousa Martins (Amares) 1992/93	2.400\$00
Angelo de Jesus da Silva (Luxemburgo) 1994	1.200\$00	Avelino Carlos da Silva (Amares) 1994	1.200\$00
António Martins Dias (U.S.A.) 1994	1.600\$00	António de Jesus Sousa e Silva (Amares) 1994	1.200\$00
Domingos de Sousa Carvalho (França) 1995	2.000\$00	Dr.ª Maria José Martins (Gerez-T. de Bouro) 1993	1.200\$00
Porfírio Vinhas Antunes (Luxemburgo) 1994	1.200\$00	António Manuel da Silva (Seramil-Amares) 1993/94	2.400\$00
Manuel Augusto da Silva e Sousa (Luxemburgo) 1994	1.200\$00	Domingos da Silva Dias (Braga) 1994	1.200\$00
Abílio Matos da Costa (Luxemburgo) 1994	1.200\$00	Braz Silva Araújo (Caldelas-Amares) 1994	1.200\$00
Albertino Rodrigues (Fafe) 1995	1.200\$00	Manuel Fernando Sepulveda (Caldelas-Amares) 1994	1.200\$00
Maria Alves Rola (V. do Castelo) 1994	1.500\$00	José António Antunes (Rio Caldo-T. de Bouro) 1994	1.200\$00
Horácio Ribeiro (Braga) 1994	1.200\$00	Alfredo Azevedo Esteves da Silva (Vilela-Amares) 1994	1.200\$00
Carlos da Silva (Lisboa) 1994	1.200\$00	Francisco Fernandes de Oliveira (Rendufe-Amares) 1992/93/94	3.600\$00
Valentim Fernandes Duque (Seramil) 1994	1.200\$00	João Lourenço Rodrigues da Cruz (Braga) 1992/93/94	3.600\$00
José Anacleto Coelho Fernandes (França) 1993/94	2.500\$00	Venâncio dos Santos Antunes (Seramil-Amares) 1994	1.200\$00
Manuel Martins (Balança-T. de Bouro) 1994	1.200\$00	Alfredo Martins Pereira Dias (Braga) 1994	1.200\$00
Zeferino José da Silva Ribeiro (Suíça) 1994	1.200\$00	Abel Oliveira da Silva (Seramil-Amares) 1992/93	2.400\$00
José Clemente Marques da Silva (Vilela) 1994	1.200\$00	António Joaquim Antunes (Paredes Secas-Amares) 1993	1.200\$00
Augusto Azevedo Esteves (Vilela) 1993/94	2.400\$00	Deolinda de Jesus Gonçalves (Braga) 1995/96	2.000\$00
José Almeida Antunes (Luxemburgo) 1993/94	2.400\$00	António de Sousa Pereira Pinto (Caires-Amares) 1993/94	2.400\$00
António Dias Tibo (Chamoim-T. de Bouro) 1994	1.200\$00	Francisco Ramalho da Mota (Bouro-Amares) 1994	1.500\$00
António José Gonçalves Pimenta (Seramil) 1994	1.200\$00	João Batista da Silva (Sta. Marta-Amares) 1994	1.200\$00
Manuel João Soares (Chorense-T. de Bouro) 1994	1.200\$00	António Gonçalves de Araújo (Suíça) 1995	1.200\$00
Manuel Gonçalves Soares (Bruxelas) 1994	1.200\$00	António Manuel da Silva Pereira do Lago (Vilela-Amares) 1994	1.200\$00
Domingos Marques de Oliveira (Souto-T. de Bouro) 1993/94	2.400\$00	Inez de Jesus Azevedo do Lago (França) 1994	1.200\$00
António de Sousa Afonso (França) 1994	1.200\$00	Mário Antunes Fernandes Dias (França) 1995	2.000\$00
Manuel da Silva Pereira (França) 1994	1.200\$00	Aparício Arantes Rodrigues (Brasil) 1993/94	2.500\$00
António Joaquim Pereira (Sta. Isabel-T. de Bouro) 1994	1.200\$00	José Machado de Carvalho (Riba d'Ave) 1994	1.200\$00
António Domingues (Sta. Isabel-T. de Bouro) 1994	1.500\$00	Narciso de Jesus da Silva (Braga) 1994	2.000\$00
António José Sousa Martins (Seramil) 1993/94	2.500\$00	Rosa da Silva (Canadá) 1994	2.200\$00
José Pinto (Canadá) 1994	1.500\$00	João de Jesus de Sousa Marques (França) 1994	1.200\$00
Laurindo da Costa Rocha (França) 1994	1.200\$00	João Baptista da Silva (Luxemburgo) 1993/94/95	3.600\$00
João Cameiro Marques (Luxemburgo) 1993/94	2.500\$00	José Luiz Vilela Pereira Portela (Póvoa de Lanhoso) 1993/94	2.400\$00
Alfredo da Silva Rodrigues (Chorense-T. de Bouro) 1992/93/94	3.600\$00	Agostinho Vilela Pereira Portela (Braga) 1993/94	2.400\$00
António da Silva (Caldelas-Amares) 1994	1.200\$00	Adelino Augusto Pereira Portela (Sta. Marta-Amares) 1993/94	2.400\$00
Manuel António Pereira (Seramil-Amares) 1994	1.200\$00	Maria Estela Vilela Pereira Portela (Braga) 1993/94	2.400\$00
Albarino Delgado (Sta. Marta-Amares) 1993	1.300\$00	Francisco da Silva Miranda (Camaxide-Lisboa) 1992/93/94	3.600\$00
Fernando Delgado (França) 1993	1.300\$00	Óscar Ribeiro (Paradela-Valdozende)	1.200\$00
Manuel de Jesus de Sá (Bouro-Amares) 1993	1.500\$00	Manuel Antunes	3.000\$00

DIVULGUE E ASSINE

a voz da abadia

Colabore connosco na expansão deste jornal.

Faça dos seus Amigos assinantes
de «A Voz da Abadia» — enviando-nos,
devidamente preenchido, este cupão.

NOME _____

MORADA _____

Assinatura Anual (1.200\$00)

Assinatura Bi-anual (2.400\$00)

Assinatura de Benfeitor ()

Renovação da Assinatura (Anos:)

*Nas páginas
deste Jornal
o seu nome
nunca fica mal...*

**Por isso anuncie
n'A VOZ DA ABADIA**

PADARIA UNIVERSAL

de António José Fernandes

ESMERADO SERVIÇO DE PÃO E PRODUTOS AFINS

Fabrico e venda de pão especial aos domingos para tornar o seu almoço mais apetitoso. O pão é o melhor e mais barato dos alimentos. Prefira o da **PADARIA UNIVERSAL**

TELEFONES 371125 e 371346 — SANTA MARIA DE BOURO — AMARES

PELO SANTUÁRIO



FESTAS DE AGOSTO

Foram as mais concorridas dos últimos vinte e seis anos.

O tempo estava de sol, ajudava para se fazer a viagem, tomar parte nelas e apreciá-las.

O alargamento do pontão (mais conhecido como a ponte nova) da estrada que vem de Bouro, a adaptação dos campos do passal a parque com uma passagem em saibro por eles fora para não se levantar nenhuma poeirada, contribuíram para as pessoas virem à festa e ficar, já tinham onde estacionar os carros.

O Santuário encheu-se de gente em todas as eucaristias das festas: na missa solene do dia 15 grande parte teve de assistir à missa da galilé e do princípio do adro.

O interesse pelos actos de culto e a participação neles há uns anos que tem aumentado sempre, desde que os padres beneditinos os deram a orientar e a solenizar.

A via-sacra organizaram-na o pároco de Bouro, Padre Carlos Lopes, e o pároco de Santa Marta, Padre Janela, como tem sido sempre.

Este ano fizeram a invocação de os jovens participarem mais activamente, lendo as leituras bíblicas da Paixão do Senhor: agradou a todos.

É pena, uma devoção que tanto nos sensibiliza mesmo aos que se dizem indiferentes, que poucos tomem parte nela.

A razão é por ser nas vésperas da festa da Senhora da Abadia e o tempo não chega para os preparativos da festa, que para a nossa gente continua a ser uma das mais importantes na sua vida social.

O Padre Barbosa de Castro, encarregou-se das pregações: sermões das festas, homilias das eucaristias, pregação da via-sacra, práticas do tríduo e introdução e preparação das procissões.

Falou do valor da Fé: é a primeira das virtudes, capacidades, sobrenaturais que nos dá o baptismo, falou da «força», das possibilidades que nela temos; é um dom de Deus, referiu-se a responsa-

bilidade que temos, se o desprezarmos, não vivermos de acordo com as suas orientações, não seguirmos o caminho que nos indica.

Pregou das aparições de Nossa Senhora: Fátima, Lurdes e das outras do século passado e deste.

Expôs em resumo os pontos principais das suas mensagens: cumprimos os mandamentos da Lei de Deus, sermos-Lhe fiéis; do temor de Deus, é infinitamente bom, tem de ser justo, devemos temer os seus castigos de Deus, o inferno.

Do amor que a nossa Mãe do céu, Nossa Senhora nos tem: nas suas mensagens solícita-nos maternalmente para não fazermos o mal, não pecarmos para termos o Amor de Deus, a nossa felicidade.

Nelas refere-se às vezes aos sofrimentos do seu divino Filho, o nosso Redentor, para nos lembrar o amor infinito que Ele nos tem e quanto Lhe devemos.

O Padre Castro fez ver que a nossa devoção a Nossa Senhora tem de ser verdadeira: procurarmos agradar-Lhe sendo bons; praticando o bem para com todos; fazendo a vontade de Deus; e não de meros ritualismos, oferecermos-Lhe velas ou outras promessas ou ofertas sem nos convertermos, sem procurarmos viver como filhos de Deus e com todos como irmãos.

O Padre Barbosa de Castro tem pregado nas freguesias das redondezas do Santuário, uma das razões porque os actos de culto nas festas deste ano foram muito concorridos.

O grupo coral do Santuário dirigido pela Prof.^a D. Maria de Jesus Mendes Domingues cantou a missa solene da festa.

O padre Américo de Sousa Martins e algumas cantoras de Bouro solenizaram com cânticos a eucaristia do meio-dia.

À tarde, ele e os cantores e as cantoras de Bouro e Paradela de Frades encarregaram-se dos cânticos que foram cantados na procissão.

NOVO PARQUE

O princípio do desvio da estrada de junto do Santuário foi alargado e terraplanado com uma camada de saibro.

A Mesa tem o projecto de fazer dele uma avenida e dar-lhe o nome de Américo de Oliveira Arantes em reconhecimento por ter oferecido o terreno para a passagem da nova estrada.

A Câmara de Amares mandou três dias um maquinista com uma máquina escavadora e dois dias um motorista com uma camioneta, o presidente da Mesa da Confraria, Manuel Pereira Lopes, dois dias um maquinista com a máquina niveladora e um motorista com uma camioneta para se escavar o saibro, transportá-lo e estendê-lo no trajecto da futura estrada.

As máquinas adaptaram os campos do passal para ser um parque.

O mesário, Henrique Domingues ajudou a orientar o trabalho das máquinas.

O capelão, todos os irmãos da Confraria, os devotos da Senhora da Abadia e os apaixonados

pela Abadia manifestam-lhes o seu reconhecimento: muito obrigado.

A fachada dos Quartéis de catorze metros de altura, de pedra lavrada, assente na arcaria forte da cave, com a extensão de setenta metros, e o muro alto, pegado, de suporte ao terreiro de cima, a condizerem com a imponência das montanhas circundantes, do lado norte do parque e do lado sul do mesmo o ribeiro com a água limpa, sem poluições, formam mais um conjunto arquitectónico que tem de ser visitado na Abadia.

HORÁRIO DAS MISSAS

No próximo dia 25 de Setembro muda a hora, as eucaristias nos domingos e sábados passam a ser:

- Nos domingos às 11 horas e às 16 horas
- Nos sábados às 17,30 horas.

PROMESSAS E OFERTAS

Pedimos desculpa por não terem vindo publicadas estas promessas e ofertas num dos últimos jornais, foi por extravio da relação.

Amaro Manuel Pires dos Santos, de Vilarinho, Valdosende, e Doutor Pereira Borges, S.J., de Braga, deram 6.000\$00; Dr. Pelayo Gonçalves, de Santo Tirso, 5.000\$00; Maria Albertina Domingues de Sá e Vítor Gonçalves, dos U.S.A., 2.000\$00; António da Costa, Padre António Mendes Alves, do Porto, José Fernandes Duque, Maria Rodrigues Pereira, de Guimarães, 1.000\$00; Alice Laje, U.S.A., 822\$00. Rosa da Silva, Canadá, deu 20 dólares.

Na romaria, nas festas e no mês de Agosto, cumpriram promessas e entregaram ofertas:

Amândio Vieira de Sousa, Luxemburgo; João Dias, Covide, Terras de Bouro; Manuel Augusto Vieira, Bouro (Sta. Maria); Maria Adélia Oliveira, Cano, Bouro (Sta. Maria) cada qual deu 5.000\$00; João Manuel Afonso, Santa Isabel do Monte, 4.000\$00; Bento Fernandes Passos, Coucieiro e Marco Paulo, Paradela de Frades deram cada um 3.000\$00; Afonso de Sousa Ferreira, Luxemburgo; Maria Amélia Domingues Maia, Vila Franca de Xira; António José de Araújo Maia, Amsterdão, Holanda; Armando Gonçalves de Sousa, Augusto Marques, Fernando dos Anjos Machado, Carvalheira, Terras de Bouro; Irene Martins Saraiva, Bouro (Santa Maria); Josefina Sara Gonçalves, Eira Vedra, deram cada qual 2.000\$00; Francisco Gomes de Araújo, Arentim, Braga, 1.500\$00; Amândio Dias da Silva, Vilar Amonde, Valdosende; António de Azevedo, Caniçada; Lúcia de Fátima da Silva, Friande; Manuel Nogueira Pereira, Abadia, deram cada um 1.000\$00.

Fernando Dias de Barros, Bouro (Sta. Maria) deu 10.000\$00; Horácio Santos Ribeiro, João Evangelista Gomes Foz deram cada qual 5.000\$00; Padre Manuel da Silva Ferreira, Dornelas ofereceu 4.000\$00; Maria Ferreira Gonçalves Rolo, Castelo do Neiva, 3.500\$00; António Domingues, 2.500\$00; Manuel Antunes, Folgosa, Pousa, 2.500\$00; Francisco Marques, Lordelo, Bouro (Sta. Maria), 2.000\$00; João de Jesus Antunes Fernandes, Luxemburgo, 1.800\$00; Abílio Alves Marques, Luxemburgo, 1.500\$00; Adelino Dias, Adelino Dias Esteves, António Alves Pereira, António de Araújo Fernandes, António Gonçalves, Santa Isabel do Monte; António José Antunes Maia, Vilela, Amares; António Martins Lopes, Cândida Conceição S. Carvalho Santos, Porto; Carlos da Silva, Beco dos Canos; Domingos Fernandes Sousa, Esmeralda de Jesus Ferreira, Saim, Chorense; João Felgueiras, Canadá; Padre Manuel Macedo Fonseca, Barcelos; João Salgueiro, Maria Antunes, Maria Teresa Simões, Valdeu; Olívia de Jesus Gonçalves, Valdeu, deram cada qual 1.000\$00; António Pereira Rodrigues, Santa Isabel do Monte deu 500\$00. A irmã pedidora, Maria do Nascimento, Cantelães, Vieira do Minho, entregou 16.000\$00.

Maria Laurentina da Conceição Maia, Porto, deu dumá promessa a Santo Amaro 1.000\$00.

As promessas e as ofertas anónimas em dinheiro estrangeiro foram uma de 500 francos; quatro de 100 francos; uma de 2.000 pesetas; duas de 100 francos belgas e duas de 5 dólares.

CM CASA MACEDO

DE - José Cassiano Gonçalves Macedo

TECIDOS • MALHAS • CONFECÇÕES • PRONTO A VESTIR • CALÇADO • MIÚDEZAS, ETC. — EMP. S/ PENHORES

Praça do Comércio, 102 a 106

Telefone 993176

4720 AMARES

FIGUEIREDO

O penúltimo domingo de Agosto, foi realmente um dia grande para vinte e duas crianças que fizeram, umas a sua Primeira Comunhão e, outras a Profissão de Fé.

Tudo começou, às nove horas da manhã, com Missa solenizada pelo cerimonial de circunstância e cânticos apropriados. Ao meio da tarde, houve procissão até à Capelinha de Transfontão, onde a Santíssima Virgem é venerada sob a invocação de *Senhora dos Emigrantes*.

Foi, com efeito, um dia grande e inesquecível para aquelas crianças e seus familiares, e ainda para quem preparou, com sacrifício, mas desinteressadamente, aquelas *rosas em botão*, para o conhecimento das Verdades

Dia da Festa

e cumprimento dos Preceitos divinos.

Incêndios

Eles chegaram, a todo o lado, em número e grandeza que não eram de esperar. E, pelas suas características, tudo leva a crer que foram de origem criminosa organizada.

Por estes lados, também os houve, principalmente na outra banda do Rio. E Transfontão não fugiu à regra.

Aniversário

O nosso assinante, sr. José Maria da Silva Gonçalves e Esposa, emigrados em França, festejaram o décimo quinto aniversário do seu

casamento, na tarde do segundo sábado de Agosto, com um abundante e saboroso copo d'água.

A festa, que se prolongou até à madrugada do dia seguinte, aconteceu na vivenda que possuem na Devesa do Monte, com a presença de cerca de uma centena de familiares e outros convidados.

Os nossos emigrantes

Este ano, foi menor o número de compatriotas emigrantes que gozaram as suas férias na terra que lhes serviu de berço. E, menores também, foram a boa disposição e entusiasmo que, dantes, sempre deixavam transparecer.

É que, diziam eles, na sua maioria: «A vida está má, para todos, cá e lá». «Mesmo assim, diziam outros ainda, pensamos ficar por lá».

E lá foram. Já voltaram aos países de acolhimento. Alguns, se não bastantes, partiram tristes, pela calada da noite, mesmo sem um beijo ou abraço de despedida!... Enfim. A vida é assim, bons amigos. É assim para todos.

Até ao próximo ano, se quiserdes e o quiser Deus também.

Os nossos doentes

O sr. José do Passal não vai bem da sua saúde. Já esteve internado no Hospital de S. Marcos, mas regressou, há uns tempos, ao domicílio, onde continua em tratamento. — C.

FERREIROS (FEIRA NOVA)

No dia 28 do mês de Agosto findo, celebraram as Bodas de Ano de casamento o Sr. Januário da Silva Barros e sua Esposa. O acto religioso realizou-se na Basílica do Sameiro. O almoço foi servido na Quinta de Riobom, com os filhos, netos e familiares.

Este casal que goza de grande simpatia, foi muito felicitado por numerosos amigos. «A Voz da Abadia», associa-se à homenagem que justamente lhe foi prestada.



**FÁBRICA
DE FATOS
CASACOS
CALÇAS**

de alta categoria!

À venda nos bons estabelecimentos

PONTE DOS FALCÕES
MAXIMINOS - 4700 BRAGA

TELEFONE 71210
TELEX 32288 FACHO

IDEIAS & FACTOS

1 — A um meu velho companheiro de escola, foi atribuída a pensão de reforma de 27.200\$00 mensais, salvo erro. Deu-me a notícia, com tristeza.

Pensei, depois, comparando-a com os vencimentos e regalias dos políticos — deputados, autarcas e outros — que, afinal, a abstenção do último acto eleitoral, não foi, sómente, fruto do fim de semana prolongado... Há outros motivos! Estudem-nos os especialistas.

2 — Prometi falar, de novo, sobre a Santa Casa de Misericórdia.

Agora, sobre a admissão de irmãos.

Creio que o melhor método será o do requerimento e não o da proposta, assinada por dois irmãos.

Na petição, o requerente comprometer-se-ia, por sua honra, a aceitar e respeitar os requisitos referidos no artigo 7.º, do compromisso, nomeadamente, os consignados na alínea d).

Não se diria, depois, quando se aproximam actos eleitorais, que fulano tem tantos votos e beltrano tantos...

Esta linguagem, leva-nos a concluir que a admissão é, na maior parte das vezes, feita com fins bem pouco dignos!

3 — No último Conselho Nacional do P.S.D., o professor Cavaco Silva, denunciou a falta de humildade dos Social Democratas.

Apontou, como exemplo de humildade e coerência, o prof. Carvalho Rodrigues, o pai da Satélite Português.

Em 13.º lugar na lista para o P.E., fez a campanha, desde o princípio até ao fim.

Nem tudo vai bem na nossa democracia. E um dos males é, sem dúvida, a falta de humildade da maior parte dos políticos portugueses.

4 — Um simpático casal de italianos perguntou-me, em Braga, onde ficava o Palácio do Raio.

Levei-os até lá. Agradeceram. Pouco ou nada conheciam de Portugal. Estavam a terminar uma digressão por toda a Europa.

Levavam o povo português no coração. Só que, em nenhum outro país visitado, viram tanto lixo, junto às entradas. Não fora isso e nós seríamos o mais bonito país da Europa!

Cabe às Câmaras Municipais um mais eficiente sistema de recolha e aos municípios mais civismo.

Correspondente



FUNERÁRIA SANTA MARIA



Agência funerária
Com Carro Fúnebre próprio

Trata de toda a documentação de funerais.
Funerais e Translações para todo o País.
Coroas e Palmas em flores naturais.
Ornamentação de Andores e Cruzes Pascais.

Telef. 371195 / 79244

Bouro (Santa Maria) 4720 AMARES

Pela Portaria n.º 201/94, de 8 de Abril, e com o objectivo de estimular o investimento em Portugal por parte dos emigrantes, foi introduzida uma alteração ao «sistema poupança-emigrante», alargando-se o prazo de investimento, o que permitirá aos emigrantes realizar um menor esforço financeiro.

Assim, em regulamentação do Decreto-Lei n.º 140-A/86, de 14 de Junho, e ouvido o Banco de Portugal:

Manda o Governo, pelo Ministro das Finanças, o seguinte:

1.º — O n.º 3 da Portaria n.º 288-A/86, de 18 de Junho, alterado pela Portaria n.º 627-A/86, de 25 de Outubro, passa a ter a seguinte redacção:

3.º

1 — O capital em dívida de todos os empréstimos de poupança-emigrante concedidos a um mesmo emigrante não pode, em qualquer momento, exceder 30.000 contos.

2 — Não podem ser concedidos empréstimos de poupança-emigrante por prazo superior a 20 anos a contar da data da primeira utilização efectiva.

CONTA POUPANÇA - EMIGRANTE: QUEM PODE SER TITULAR FINALIDADES DA CONTA — BENEFÍCIOS FISCAIS

2.º — A presente portaria produz efeitos a partir da data da sua publicação (08-04-94).

Todavia, quem pode, efectivamente, ser titular deste tipo de contas?

Diz a Lei que será todo o cidadão **que tiver deixado o território nacional para, no estrangeiro, exercer uma actividade remunerada por conta doutrém, com exclusão dos trabalhadores fronteiriços e sazonais.**

1. E, de acordo com o mesmo diploma, também podem ser titulares destas contas:

a) os trabalhadores portugueses deslocados no estrangeiro ao serviço de empresas sediadas no nosso País;

b) os trabalhadores portugueses deslocados no estrangeiro ao serviço de filiais, sucursais ou outras formas de representação comercial de empresas com sede em Portugal;

c) os trabalhadores temporários que, pela legislação do país de acolhimento, não possam

obter o estatuto de emigrante e que, no período de um ano, permaneçam nesse país seis meses, no mínimo.

d) os cooperantes em países estrangeiros ao abrigo de acordos internacionais celebrados por Portugal.

2. São ainda equiparados a trabalhadores portugueses no estrangeiro:

a) os cidadãos portugueses que, posteriormente à emigração, se tenham estabelecido por conta própria no estrangeiro e aí exclusivamente residam;

b) aqueles que, após a emigração, tenham adquirido outra nacionalidade e continuem a residir no estrangeiro, aí exercendo a sua actividade;

c) os descendentes directos em 1.º grau de emigrantes portugueses, tenham estes mantido a nacionalidade ou adquirido outra, desde que os mesmos descendentes residam no estrangeiro e aí exerçam uma actividade remunerada;

d) os cônjuges sobreviventes de emigrantes, os pensionistas e reformados que tenham sido emigrantes, bem como os seus cônjuges, ou, no caso de falecimento, os cônjuges sobreviventes, todos desde que auferam pensões ou rendimentos similares em moeda estrangeira;

e) os portugueses trabalhadores do mar que se encontram fora de Portugal em serviço em barcos estrangeiros e que num período de doze meses permaneçam no exercício dessa actividade durante seis meses ou mais, consecutivos ou interpolados;

f) os cidadãos nacionais residentes no território de Macau há mais de seis meses que ali exerçam funções públicas ou trabalhem por conta de outrém e procedam à transferência para Portugal das respectivas economias.

— As contas poupança-emigrante só podem ser tituladas por um trabalhador português no estrangeiro ou equiparado e contitulado pelo respec-

tivo cônjuge e pelos filhos residentes em Portugal.

3. PROVA DA QUALIDADE DE TRABALHADOR PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

3.1. A prova deve ser estabelecida perante a Instituição de crédito respectiva, através da exibição conjunta de carteira de trabalho e de certidão de residência, actualizados, ou de documentos considerados como equivalentes.

3.2. Na impossibilidade de apresentação de qualquer dos documentos a que alude o parágrafo anterior, deve a respectiva autoridade consular portuguesa certificar esse facto e ainda que o interessado exerça determinada actividade remunerada há mais de seis meses no mesmo país e que aí resida também há mais de seis meses.

3.3. Quando no país onde reside, ou donde procede o interessado, não exista autoridade consular portuguesa, tem a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comuni-

dades Portuguesas, com os seus Serviços Regionais, competência para proceder à certificação.

3.4. Sendo necessário comprovar a equiparação de estatuto há que apresentar prova adequada de identidade e das qualidades e requisitos de que dependa a mesma equiparação.

3.5. Sempre que se suscitarem dúvidas à Instituição de crédito sobre estas questões a mesma poderá exigir a prova de que o interessado cumpriu, no país de trabalho, as obrigações fiscais correspondentes à actividade em causa.

3.6. Em caso de prova insuficiente ou que suscite dúvidas, a Instituição de crédito recusará a abertura deste tipo de conta.



Uma e mais vezes Fernão Lopes repete que o Mestre, vendo tão grande maldade de alguns que o acompanhavam, dava muitas graças a Deus, que por sua grande misericórdia o quisera guardar de tamanhos perigos.

De acordo com a afirmação do cronista, de que Fernão Álvares de Almeida nunca o Mestre se afastou e por conseguinte se pode e deve considerar presente em todos os actos de reconhecido alcance histórico que constantemente exigiram a presença do Mestre, vai registar-se um ou outro daqueles acontecimentos em que a acção de Fernão Álvares de Almeida assumiu feições de maior relevo para a causa comum em que todos andavam empenhados.

Nos preparos da morte do Andeiro, o Mestre de Avis incumbiu Fernão Álvares de Almeida de vir a Lisboa, donde partira sem a intenção de o matar, com destino à defesa da fronteira de Entre Tejo e Guadiana, lembrar à rainha que «não ia desembargado como cumpria», isto é, com número de homens suficiente para desempenhar a missão que o esperava: (*Crónica*, 1.º p.º, cap. IX).

O Mestre de Avis voltou a Lisboa por recear que se tornasse conhecido o segredo em que andava de matar o Andeiro. No inteiro conhecimento desse plano, logo que foi morto, no dia seguinte, Fernão Álvares de Almeida fechou as portas dos paços da rainha viúva Leonor Teles e ordenou a um pagem que fosse à pressa pela cidade, gritando «Que mataram o Mestre» (*lb.*, cap. X).

Muito se passou neste meio tempo, até que Fernando Álvares é novamente referenciado como dos bons homens de armas para escaramuçar com os castelões, a quando da chegada do rei de Castela sobre Lisboa. (*lb.*, cap. CXIV).

Senhores e fidalgos castelhanos dizem a Fernão Álvares de Almeida: «—Vós que sois homens que vistes muitas coisas de guerra semelhantes a estas assim em França em companhia d'el-rei D. Henrique, como em outros lugares onde vos achastes em feitos de armas, parece-vos a vós que o Mestre em Lisboa pode levar adiante esta tenção que tomaram em se defender d'el-rei nosso senhor e da maior parte dos portugueses e ainda das gentes d'outros reinos, que são em sua ajuda, e seria mais se elle quisesse?».

Conversa foi esta inspirada nos mesmos termos dissuasórios que empregou o bispo de Tui na conhecida carta endereçada a Álvaro Fernandes de Almeida, pai de Fernão Álvares de Almeida, que neste caso dá adequada resposta, nos mesmos termos de seu pai:

«— Senhores, disse elle, eu vi já muitas cousas, porque sou homem de muitos dias, vi grandes feitos começar com grande poderio, e muitos azos

Quando os ambiciosos e sacrílegos soldados napoleónicos invadiram Portugal, nada escapou à pilhagem que os devorava, de encontrar tesouros. Túmulos e altares foram vítimas de atroz profanação. Rombos abertos nos túmulos de D. Pedro e D. Inês ficaram por sinal dessa monstruosidade. Li algures, em certo autor, que, abertas ainda essas cavernas nos túmulos, meteu por curiosidade o braço e trouxe uma mão cheia de cinza. Lembrou-se então daquela máxima bíblica... *et in pulverem reverteris*. É lei geral.

Fosse verdade ou não o ter-se realizado, a seu tempo, o casamento canónico de D. Pedro com D. Inês, o certo é que a história pode agradecer--lhe a preocupação dominante, que de tudo isto se deduz, e parece sobrelevar as próprias paixões e sentimentalismos do monarca, de garantir a sucessão dinástica, assim como o ter tentado por todos os meios poupar o seu povo da grave emergência e trabalhos em que se achou por morte de D. Fernando.

«...fazendo-lhe queimar os papeis de sua nobreza... para que não houvesse mais memória de Almeidas...» assim diz a carta do bispo D. João de Castro, e em tudo isto terão seu fundamento e razão de ser as muitas alterações, lacunas, e inexactidões, atribuídas pelos críticos aos Livros das Linhagens ou Nobiliários; e tanto como isto, atritos e dissensões e por vezes a guerra declarada que se travou entre a nobreza e a realeza, explicará o motivo por que levaram volta os respectivos códigos originaes dos Nobiliários e apenas existem os apógrafos que se encontram na Torre do Tombo e se reportam exactamente ao tempo de D. Pedro I.

Nos livros das Linhagens a ausência de Almeidas, aparecendo apenas isolado os nomes de Fernão Martins de Almeida (L.º V.º 1) que os genealógicos presumem ser filho do anterior e ter uma filha casada com Martim Soares Canelas.

Verifica-se a discordância de Fernão Lopes para o comum dos autores, e das próprias chancelarias, quanto ao verdadeiro nome, ou melhor, exacta identidade do que primeiro superintendeu na criação do filho de D. Teresa Lourenço. Concluiu-se que se chamava Pedro Lourenço *esse nobre e honrado cidadão a quem D. Pedro o deu para criar de leite*. Naturalíssimo é que Dona Teresa Lourenço que mais tarde D. Pedro providenciou, como se viu, que acompanhasse o filho, já Mestre de Avis, quando menos falta lhe fazia, com muita mais razão agora; e mais evidente se torna que a jovem e formosa mãe de D. João não se experimentasse, em suas especiais condições de mãe

TERRAS DE BOURO JÁ TEM PDM PRONTO PARA INQUÉRITO

O período de inquérito público do Plano Director Municipal (PDM) de Terras de Bouro a decorrer até 28 de Setembro — anunciou o presidente da Câmara Municipal, José Araújo. Em reunião extraordinária do

executivo municipal realizada no passado dia 3, foi decidido por unanimidade proceder à abertura daquele inquérito, conforme, aliás, está preceituado na lei. O inquérito, também de acordo com o que está estabelecido

legalmente, destina-se a recolher observações sobre as disposições do documento, que para o efeito está exposto no átrio dos Paços do Concelho e em todos os locais onde funcionam as Juntas de Freguesia, no

que a estas disser directamente respeito. As observações devem ser apresentadas por escrito na Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ambiente da Câmara Municipal, durante as horas de expediente.

CARDOSO DA SAUDADE



- FATOS
- CALÇAS
- CASACOS
- BLUSÕES

ARTIGOS DE ALTA QUALIDADE
A PREÇOS SEM CONCORRÊNCIA

CARDOSO DA SAUDADE

LARGO DE SANTA CRUZ — BRAGA

«A Voz da Abadia», n.º 220, de 31/08/94

2.ª Publicação

Tribunal Judicial da Comarca de Amares

ANÚNCIO

No dia 26 do próximo mês de Setembro, pelas 14,30 horas, no Tribunal desta Comarca de Amares, nos Autos de Carta Precatória n.º 26/94, extraídas que foram dos Autos de Execução Ordinária n.º 6323/92 que correm seus termos pela 1.ª Secção do 4.º Juízo Cível da Comarca do Porto, em que são:

EXEQUENTE: Banif — Banco Internacional do Funchal, SA;

EXECUTADOS: António Gustavo Morais Pinto da Mota e mulher Maria Luísa Pires Frescata Pinto da Mota, residentes na Travessa Nova do Covelo, 27, 1.º Dt.º Centro, Porto, será posto em praça, pela primeira vez, para ser arrematado ao maior lanço oferecido, acima do valor adiante indicado, o seguinte prédio:

«Prédio misto, situado no Lugar do Outeiro, freguesia de Ferreiros, Concelho de Amares, inscrito na matriz sob os artigos 508.º urbano e 333.º rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Amares sob o n.º 00182//251090, freguesia de Ferreiros, pelo valor de Esc. 465.240\$00».

Do referido bem é depositário judicial o Sr. António de Azevedo Sá Coutinho Russel, residente na Rua Travessa do Monte, Ferreiros, Amares.

Amares, 7 de Julho de 1994

A JUIZ DE DIREITO,
Ausenda Gonçalves

O ESCRIVÃO DE DIREITO,
Carlos Marcelo Baptista

MOSTEIRO DE BOURO — MOSTEIRO DAS MONTANHAS

solteira, a rigidez e o ambiente de um lar estranho; antes D. Pedro Lourenço fosse seu irmão ou parente muito respeitável, e que por felicidade não incorrera nas desgraças de el-rei D. Pedro, merecendo-lhe tão manifesta confiança. E para tanto concorre, sem mais título ou apelido o seu sobrenome de Lourenço, que, a observar-se rigorosamente a regra dos patronímicos, o indicaria como irmão da Mãe, e com efeito, encontra-se na linhagem dos Almeidas, mui desordenadamente encadeada, como já se notou, mas relativamente a este tempo, um Pedro Lourenço de Almeida.

Duas linhas de parentesco se cruzam, simultaneamente entre ascendentes de Dona Teresa Lourenço, ou melhor do Mestre de Avis: 1.º — a que é conhecida pelas cartas do bispo de Tui, e dá Álvaro Fernandes de Almeida, como irmão de Dona Tereza Lourenço; 2.º — que dá o mesmo Álvaro Fernandes de Almeida casado com Dona Tereza Peres Freire de Andrade, prima coirmã do Mestre da Ordem de Cristo, D. Nuno Rodrigues Freire de Andrade, esta, salvo erro, por mera incidência, mas que teve suas poderosas vantagens.

E esta admirável circunstância vem, naturalmente, conciliar duas correntes de opiniões de escritores: os que por um lado consideravam o Mestre aparentado com D. Nuno Freire e os que pelo outro, instruídos pelas mencionadas cartas e mais especialmente pela íntima afinidade e confiança que o Mestre depunha na pessoa de Fernão Álvares de Almeida, com maior consistência de verdade o consideravam ligado por fundos laços de parentesco aos deste título.

Estes foram as duas famílias que manifestamente se acharam empenhadas pelo êxito dos destinos da pessoa do Mestre de Avis e tudo foi preciso na hora própria.

Fernão Lopes, depois que nos capítulos CLXXV-VI identifica aquelas pessoas que «ao Mestre não eram fiéis vassallos... e por que modo tinham ordenado de o matar», escreve:

Onde aqui é de saber, e não sem razão de notar que o Mestre tinha um seu criado, veador de sua casa, a quem chamavam Fernão Álvares de Almeida, comendador de Vila Viçosa, homem avisado e bem discreto e que amava muito seu serviço; este cavalgava sempre com o Mestre de guisa que ao longe e ao perto nunca se «d'elle partio». Vem esta passagem admirável da Crónica de D. João I, por Fernão Lopes, capítulo CLXXV-VI da Primeira Parte, sob os títulos «Que pessoas eram aquelas que ao Mestre não eram fiéis vassallos e de que modo tinham ordenado de o matarem...» em que o cronista

MOSTEIRO DE BOURO — MOSTEIRO DAS MONTANHAS

descobre a complicada trama de parentesco como de entendimento com o rei de Castela, que já então considerava o Mestre de Avis como o seu maior inimigo e tudo prometia, igualmente por cartas, aos que nenhum maior serviço lhe podia prestar que o de matarem o Mestre, trabalho que julgava bem fácil de realizar, se não fora, no dizer acima citado do cronista, o companheiro de todas as horas e momentos, que nunca se separava do Mestre, nem de perto nem de longe, com os predicados de «homem avisado e bem discreto e que muito amava seu serviço».

Assim lhe parecia bem fácil matar o Mestre, por quanto lhe devia constar que, quando as suas expedições e cavalarias se denunciava qualquer sinal de má fé entre companheiros de armas que eram sempre bem vindos, embora um ou outro se tornasse suspeito, logo ordenava o Mestre que se calassem e mudassem de assunto, manifestando a sua indiferença pelos perigos a que andava exposto. Os correios, com a muita prata e ouro de Castela, andavam de mistura com as promessas de muitas mercês que se transmitiam para aliciar cúmplices que se movimentavam, de cá e de lá, com inteira liberdade.

Ponto de verdadeira convergência dos tempos da carta em que Álvaro Fernandes de Almeida responde ao bispo de Tui, assegurando-lhe que tinha «conselho e orações e havia de aconselhar a seus filhos... que eram mancebos que não haviam de degenerar de quem eram» este é um deles, Fernão Álvares de Almeida, o companheiro inseparável do Mestre de Avis, «seu criado» ou familiar que significa em termos da antiga cortesia, atento e venerador, que pregava a pessoa do Mestre como do seu sangue, a ponto de lhe adivinhar o coração as ciladas e manhas que se urdiam e de que a própria carta do bispo de Tui é igualmente anunciadora.

Se da parte de Castela se valeram de todos os meios e grandes possibilidades a que podia recorrer o poderoso soberano, Portugal soube neste difícil transe da crise de 1383-85, defender-se com altívês e dignidade de todos os obstáculos que a malícia de inimigos bem disfarçados pretendeu lançar-lhe aos pés, graças à prudência e sabedoria que rodeou a pessoa do Mestre, prudência e sabedoria cuja posse só com muita meditação se alcança e neste caso é importante conhecer-lhe a natureza e origem. Dizia Álvaro Fernandes de Almeida para o seu interlocutor bispo de Tui: «tenho conselho e orações e hei-de aconselhar a meus filhos...» estas são virtudes de família que, muito embora menosprezadas pelos poderosos da terra, produzem seus frutos abençoados.

FAMÍLIA, VIDA E SOLIDARIEDADE

Publicamos a Mensagem da Reunião dos Presidentes das Conferências Episcopais da América Latina e do Caribe, realizada em Santo Domingo, na República Dominicana, de 16 a 18 de Junho, e promovida pelo Pontifício Conselho para a Família, em colaboração com a Pontifícia Comissão para a América Latina e o CELAM.

INTRODUÇÃO

1. Há dois anos, os Bispos da América Latina e do Caribe, presididos pelo Papa João Paulo II, celebraram nesta cidade das Antilhas, a IV Conferência Geral do Episcopado, da qual resultou o Documento de Santo Domingo.

A meio do Ano Internacional da Família, nós, Presidentes das Conferências Episcopais desta Região, reunimo-nos, convocados e presididos pela Pontifícia Comissão para a América Latina, pelo Pontifício Conselho para a Família e pelo Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). O motivo do encontro foi a próxima Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, convocada pela Organização das Nações Unidas no Cairo, cujo documento preparatório e as perspectivas que abre, geram graves preocupações em matéria de família e desenvolvimento integral das pessoas e dos povos. O Santo Padre pronunciou-se a esse respeito, especialmente na sua recente Carta aos Chefes de Estado. Nós, Bispos, comparilhamos a sua preocupação e assumimos as suas orientações.

2. A importância e transcendência da temática da mencionada Conferência, assim como o facto de que estão em jogo valores fundamentais da pessoa, da família e da sociedade, levam-nos a compartilhar o fruto dos nossos trabalhos com os nossos irmãos na fé e com todos os homens de boa vontade. Esta Mensagem, que faremos chegar aos dirigentes dos nossos países e aos delegados ao Cairo, tem em vista recordar direitos e deveres humanos básicos, assim como animar a um compromisso por uma cultura da família e da vida, do amor e da solidariedade.

I. MATRIMÓNIO, LIBERDADE E AMOR

3. A família é uma riqueza que pertence ao património da humanidade. «Está fundada sobre o matrimónio, essa união íntima de vida, complemento entre um homem e uma mulher, que está constituída pelo vínculo indissolúvel do matrimónio, livremente consolidado, publicamente afirmado, e que está aberta à transmissão da vida» (*Carta dos Direitos da Família*, Santa Sé, 1983).

O projecto de documento final da Conferência do Cairo provoca uma «dolorosa surpresa», porque contém, «a nível de conceitos e terminologia», inovações tais que, não respeitando a natureza da família, fazem «temer desvios morais que bem poderiam arrastar a humanidade para um desaire, cuja primeira vítima seria o próprio homem» (João Paulo II, *Carta aos Chefes de Estado*, 19.3.1994).

A Igreja luta sempre, e esta é a sua missão, pela salvação integral do homem. Para isso é preciso salvar a família, célula primeira e vital da sociedade, escola de virtudes sociais, santuário da vida, formadora de pessoas, criadora de cultura, manancial de humanidade e, a partir da perspectiva da nossa fé, Igreja doméstica.

4. A família está sujeita ao assalto, não poucas vezes programado, de múltiplas forças geradas por aqueles que se deram a si mesmos a missão de «libertar» o homem de toda a transcendência, para o circunscrever ao campo unicamente do seu poder. Aqui subsiste uma falsa antropologia, afectada muito especialmente pela corrupção da ideia

de liberdade, «concebida não como capacidade de realizar a verdade do projecto de Deus sobre o matrimónio e a família, mas como força autónoma de afirmação, não raramente contra os outros, para o próprio bem-estar egoístico» (FC, 6).

O homem deve gozar, pensam muitos, de uma liberdade incontrolada que o afaste de toda a transcendência. Deste modo, pretende converter-se em criador absoluto de si mesmo e procura que nada o detenha. Em consequência, as manipulações são permitidas em todos os campos, sobretudo o biológico. A liberdade não seria outra coisa senão uma busca desenfreada da felicidade, a qual se confunde com o usufruto das coisas materiais e do prazer, sobretudo sexual. A moral, porque fala de responsabilidade e, por conseguinte, de culpa e de pecado, deve ser relegada como algo superado.

Pelo contrário, é preciso ensinar que a liberdade deve ser confrontada com a verdade do homem, com a sua autêntica realidade. O homem não pode ser a sua própria lei, porque ele é criatura e não Deus, tem experiência da sua limitação e percebe na sua consciência a chamada a viver em justa relação com o seu Criador e as demais criaturas. A liberdade, a verdadeira liberdade, é a capacidade que tem o homem de se realizar, segundo a sua «verdade original», isto é, segundo o designio divino.

5. A família não deve temer esta liberdade. É mais, só se constitui e se cresce por ela. Na liberdade os esposos escolhem o amor mútuo, fecundo e fiel. A família sem essa liberdade está enferma e ameaçada. Para salvar a família necessitamos de resgatar o homem na sua integridade, salvando o domínio da sua liberdade, que está destinada à verdade e ao amor.

Na realidade, a família é fundamento, expressão por excelência, «centro e coração da civilização do amor» (João Paulo II, *Carta às Famílias*, n. 13), oposta a uma civilização do ódio e da violência, que separa o mundo com os seus crimes e as suas guerras.

A família é sujeito social de direito anterior ao Estado e, por conseguinte, deve ser protegida por ele. Não é um simples assunto privado, que deva ser orientado pelo que estabeleçam arbitrariamente os esposos, nem tampouco deve ficar à mercê de uma legislação abusiva dos Parlamentos, mas que tem a sua lei que deriva da sua natureza, lei que garante os direitos e indica os deveres de todos os seus membros. «Como comunidade de amor e de vida, a família é... de modo muito próprio, uma sociedade soberana, apesar de condicionada sob vários aspectos» (*Carta às Famílias*, n. 17). Por isso se pode falar dos direitos da família.

II. O BEM DA VIDA

6. A vida é o bem fundamental que sustém todos os direitos do homem. O amor, que une os esposos no matrimónio, torna-os fecundos transmissores dela.

O filho é o mais precioso dom de Deus (ver *Gaudium et spes*, 50), um bem imenso que deve ser recebido com alegria, agradecimento e responsabilidade. A sexualidade do homem e da mulher está ordenada, por sua própria natureza, à comunhão de vida dos esposos e à geração da vida nova dos filhos. É, necessariamente, um acontecimento inter-pessoal que não se exaure no indivíduo.

7. O «massacre do aborto» (*Santo Domingo*, 219), que quer generalizar-se na América Latina, leva o crime à fonte da vida, ao seio materno, que, ao contrário, deve ser circundado de profundo respeito e veneração. No momento da concepção começa a história de uma pessoa, única e irrepelível, que promete enriquecer a humanidade com o cumprimento da sua missão e, mais ainda, já a

enriquece com a esperança da sua vida nova. Os projectos abortistas instalam a cultura da morte no início da vida inocente e indefensa do nascituro. Lamentavelmente introduziram-se no documento preparatório do Cairo as expressões «qualidade de vida» e «planeamento familiar», com um significado que aceita o aborto como um dos seus meios.

8. Só Deus é senhor da vida, por isso a vida é sagrada. Nenhum motivo pode justificar a morte de um inocente. Ninguém, nem os pais, nem o Estado, nem qualquer instância internacional, por motivo algum, podem considerar-se senhores da existência humana.

A «qualidade de vida» que se pretende obter nos projectos contraceptivos e abortistas, é entendida muitas vezes a partir de ideias consumistas e hedonistas. Nós proclamamos mais uma vez que o homem vale pelo que é e não pelo que tem, pela sua capacidade de gozo no amor verdadeiro e generoso e não pelo egoísmo mesquinho.

9. A família é, por natureza, a fonte principal de humanidade e centro da cultura da vida. Hoje, porém, ela debate-se com a cultura da morte, que tem ao seu serviço forças poderosas e estruturas enormes, que se sustém em parte no erro, mas fundamentalmente no egoísmo dos indivíduos e das nações. Precisamos de tomar consciência da magnitude deste desafio.

III. PATERNIDADE E MATERNIDADE RESPONSÁVEIS

10. A dignidade da pessoa humana confere um alto valor à capacidade e missão procriativa dos esposos, pois a procriação supõe uma colaboração responsável com o amor fecundo de Deus. Inscreve-se como fruto e sinal da mútua doação dos esposos, do seu amor e fidelidade. Eles são capazes de gerar uma nova vida humana e têm a possibilidade de se converter em pai ou mãe, só por meio do outro. «O filho tem o direito a ser concebido, levado no seio materno, trazido ao mundo e educado dentro do matrimónio» (*Donum vitae*), no amor estável e mutuamente fiel dos seus pais. A paternidade e maternidade responsáveis supõem respeitar e promover os direitos do cônjuge e dos filhos. A sexualidade, atributo do indivíduo, é uma responsabilidade a cumprir a dois: o casal de esposo e esposa. Separar sexo, amor e fecundidade desarticula a natureza da sexualidade humana.

11. Quando se fala de planeamento familiar, há-de ser respeitado o direito, primário e fundamental, dos esposos de não se verem submetidos a pressões nem determinações externas, quanto ao número dos seus filhos e ao momento de os ter. Esta paternidade e maternidade responsável é assumida diante de Deus, entre eles, diante dos seus filhos e da sociedade.

12. A conduta sexual deve reger-se pelas leis que Deus inscreveu na natureza e no coração do homem. Os métodos naturais de regulação da natalidade demonstram, cada vez mais, a sua seriedade científica e a sua eficácia, ante os métodos artificiais. Estes últimos são apresentados muitas vezes como «modernos», mas foram superados em «modernidade» pelos métodos naturais, que estão de acordo com a ecologia humana, pois não violentam nem deterioram a natureza da pessoa.

13. O aborto jamais poderá ser um meio lícito de regulação da natalidade, pois atenta contra o direito da criança que vive e espera nascer. Por outro lado, a esterilização vai contra o direito e o dever de conservar a integridade física da mãe ou do pai, ao tirar-lhes a capacidade de transmitir a vida.

14. «Direitos reprodutivos» — termos que são utilizados pelo documento preparatório — são uma formulação ambi-

gua que deve ser esclarecida. Se se refere aos direitos que assistem os esposos, para que a sua paternidade possa ser exercida de maneira responsável, contém um conceito eticamente aceitável. Mas a expressão não vale para os indivíduos considerados isoladamente, ou para qualquer tipo de união entre eles.

Se «saúde reprodutiva» — outra expressão ambígua do mencionado documento — supõe promover e proporcionar boas condições sanitárias, preventivas e de assistência para evitar enfermidades infecto-contagiosas e a deterioração da saúde dos esposos ou do filho, podem ser termos validamente utilizados. Se, ao contrário, sob o propósito de defender a saúde materna, «saúde reprodutiva» implica aceitar ou promover, ainda que em forma oculta, intenções abortistas, merece a mais absoluta rejeição.

«Sexo seguro», é outra expressão ambígua do mesmo documento, que se torna capaz de uma interpretação válida só se tiver em conta todas as considerações éticas pertinentes. A sexualidade, criada por Deus, não pode exercer-se arbitrariamente.

IV. POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

15. No documento preparatório para a Conferência do Cairo faz-se aparecer uma relação estreita entre aumento de população e pobreza; conservação do meio ambiente e controle do crescimento populacional; desenvolvimento e baixo nível de população.

Estas afirmações, porque repetidas nas reuniões prévias à mencionada Conferência, e difundidas nos meios de comunicação, tornam-se como que premissas ameaçadoras: maior população significa mais miséria, deterioração do meio ambiente e difícil acesso ao desenvolvimento.

Longe de apresentar o problema do desenvolvimento em todas as suas dimensões, sobretudo económicas e políticas, considerando o apoio urgente que deve ser prestado às zonas do mundo mais desfavorecidas e o saneamento da economia mundial, o documento preparatório fala abertamente de alguns prognósticos sombrios e ameaçadores, verdadeiros mitos modernos que poderiam chegar a amedrontar os povos mais necessitados.

16. A partir desses mitos estabeleceu-se, por parte dos países industrializados e dos organismos internacionais, que se não houver controle populacional, não haverá ajuda económica nem técnica, e, como consequência, não haverá desenvolvimento e continuará a crescer a miséria. A estas campanhas associam-se numerosas organizações não-governamentais (ONGS), as quais, seguindo o estilo de alguns governos de países desenvolvidos, estão mais dispostas a conceder fundos para programas de controle de natalidade que para autênticos planos de desenvolvimento. Continua-se a preferir diminuir o número de convidados ao banquete da humanidade, em vez de multiplicar o pão.

Toda esta difusão sistemática tem um carácter colonialista, do qual não se livra o mesmo documento preparatório. O nosso continente sofre por causa do «imperialismo anticonceptivo», que consiste em impor a povos e culturas toda a forma de contracepção, esterilização e aborto, que se considera efectiva, sem respeito pelas tradições religiosas, étnicas e familiares de um povo ou cultura» (*Carta da Santa Sé à Reunião de Bancoc da OMS*).

17. Uma vez estabelecidos os mitos que infundem temor a um crescimento populacional, que acabaria com os recursos da terra, é fácil propor o método para se livrar deste terrível flagelo: o controle da natalidade em todas as suas

(Continua na pág. 8)

CRÓNICAS SELVAGENS (37)

O nosso homem da meseta dantes dedicava-se à pastorícia e da pastorícia vivia. Agricultura, nos altos, não existia ou era, como ainda hoje o é, muito escassa e de grangeio quase primitivo.

À medida que as eras se foram consumindo no calendário da vida, o lapuz, a trabucar como um moiro, de terrenos rochosos ou duros como a alma do Diabo, fez chãs e rechãs, plantou a tímida videira, experimentou o milho rasteiro e o cerquinho e o castanheiro floresceram. Um que outro serrano mais falaz e atilado, além de cuidar do seu agro, meteu-se no negócio.

A dispersão de tarefas que se estabeleceu logo a seguir ao cume da pastorícia, e sobretudo a necessidade quase constante do cultivo das pobres courelas, operou um novo regime na guarda dos rebanhos e então nasceu a *vezeira*. Cada qual deixou de pastorear o seu próprio gado e de possuir os seus cães. Consoante o número de cabeças inscrito no rebanho geral do povoado assim cada um tem os seus dias para se revezar na vigia das reseis. Ao recolher do pastio cada cabeça aparta-se e vai entrando no seu curral. Quem, alguma vez, ao empardecer, teve a felicidade de assistir com olhos atentos a essa cena pastoril da descida dos rebanhos ao povoado por certo que lhe ficou na memória a poesia das coisas simples.

A *vezeira* é uma curiosa tradição comunalista que sobreviveu por um pêlo ao forno colectivo, à grande eira e ao grande espigueiro e também à eleição espontânea do maioral ou cabeça da terra, do tempo recuado em que os povos se sentiam bem à sombra do direito consuetudinário.

A montanha, no entanto, foi-se desenleando do seu viver pético e isolado, mas dum modo tão ronco, e quase só à sua custa, que não nos devemos admirar que o rústico e o serrano, pelos motivos que todos nós conhecemos e pelos processos mais maneirinhos, tenham trocado a enxada e o cajado de pegureiro pela aventura de França e Aragança, com as suas implicações de ordem familiar, moral e social.

Fojos, aqui perto de mim, ali em cima, era terra de lobos, pelo menos de passagem de lobos para a Cabreira, lobos esfomeados e acoçados que passavam por aqui aos uivos a mostrar os colmillos ao viandante desprevenido e a borrar as calças aos mais afoitos.

Numa corcova da serra de Pousadela, um fojo testemunha ainda em nossos dias o chamado à terra abrupta. Camilo na sua antológica «Morte do lobo», descreve-nos muitíssimo bem a maneira como os lobos eram atraídos e agarrados. No sopé de Penouta, na Cerdeira, caçava-se o porco bravo. O Inverno canta ali a sua longa sonata, que não desmente o velho aforismo: — «De Fojos, foge».

As três póvoas — Fojos, Ervedeiro e Formigueiro, com Chancela em traço de união — começam a deixar a sua feição amorfa, com o espontar das primeiras penugens da civilização. As novas

formas de vida, o dinheiro da estranja e uma estrada em projecto que foi durante quase meio século mote de crónicas e arrelia das populações estão a realizar um milagre serôdio.

O povo, na verdade, como numa casa onde pegou fogo, debandou há muito desiludido, e o êxodo parece ser um impulso irreversível.

A freguesia de Outeiro, de cujos lugares da montanha falei aí em cima, tem mais de dois terços da população fora de portas e, para desluzte e vergonha nossa, muito desenraizada da sua terra. Uns vagos fumos de saudade, com agrídoces momentos de meninice e infância, de fome, frio cortante e tacanhez é o que resta no peito da mor parte daqueles que abalaram.

Se possuímos em nós alguma convicção de que as nossas aldeias não podem perder a sua fisionomia de paróquia, com a igreja onde nos tornamos família na comunhão da mesma fé, com o cemitério símbolo do mais estremecido respeito aos que nos fizeram e engrandeceram, com os seus costumes e tradições, afinal com aquele substrato espiritual que foi durante séculos o melhor tono da vida comunitária, levando tudo isso para os cogumelos citadinos onde as pessoas passam anos anónimas a morar em prédios uniformes, sem se conhecerem e sem verdadeiramente se amarem, numa estandardização estúpida da vida, então que a realidade dramática ultimamente vivida nos nossos campos nos sirva a todos nós — os que eramos e somos responsáveis — de profunda lição.

Alexandre Vaz

CONFERÊNCIA DO CAIRO: CONTAR-SE-ÃO AS CRIANÇAS OU OS ESTÔMAGOS

As exigências do Norte de reduzir a qualquer preço o crescimento demográfico no Sul começam a despertar reacções nestes países.

Darryl d'Monte comenta no *The Pioneer* de Nova Delhi, que esta atitude se fixa sómente no número de pessoas, sem levar em conta o seu consumo.

Esta abordagem poderia resumir-se crua-mente na frase: «O mundo tem um cancro, e esse cancro é o homem». O que muitos habitantes do Norte não acrescentariam, por educação, é que os homens que sobram não são brancos, mas negros e amarelos.

Tal atitude não repara na complexidade da relação entre o crescimento da população e o consumo dos recursos naturais (...).

Se uma família pudesse assegurar que cada filho nascido sobreviveria até ser adulto (infelizmente, dada a preferência pelo filho varão na Índia e na maioria dos países asiáticos, isto teria a ver com um rapaz), automaticamente não precisaria de ter cinco ou mais rapazes. Para que isto acontecesse, deveria assegurar-se às pes-

soas um mínimo de 2.500 calorias por dia, o que significaria não só um aumento da quantidade de comida, mas também nos níveis de rendimento, para que essa família pudesse ter possibilidades de adquirir alimentos, o seu principal artigo de consumo.

Segundo as estatísticas oficiais, na Índia quatro em cada dez famílias situam-se abaixo deste nível, e provavelmente serão quase metade. Para tais níveis de consumo, é uma questão de pura sobrevivência.

Isto situa a «explosão» demográfica numa perspectiva diferente (...). Os norte-americanos que são menos de 5% da população mundial, consomem seis vezes mais energia do que a média mundial por habitante e produzem um quinto das emissões de dióxido de carbono.

Têm, portanto, efeitos desproporcionados no ambiente mundial. O Population Crisis Committee, de Washington, possui um interessante gráfico de barras que compara a disponibilidade de recursos naturais dos Estados Unidos e da Índia. Os Estados Unidos têm aproximadamente cinco vezes mais terra cultivável e água por habitante, vinte vezes mais florestas, e produzem uma quantidade sete

vezes superior de cereais. Visto noutra ângulo, se o norte-americano consome mais recursos que o indiano médio, isto significa que os Estados Unidos têm uma população equivalente a quase 1.300 milhões, isto é, 400 milhões mais que a actual população indiana.

Quando se calculamos efeitos de uma povoação no ambiente, não conta apenas o número de pessoas, mas também a dimensão dos estômagos.

A conferência do Cairo deverá enfrentar este tema directamente. Se como assinala um artigo publicado no *Washington Post*, «a reorientação da política externa norte-americana para programas mais amplos de demografia e ambiente vai definir o debate internacional depois da guerra fria», os delegados deveriam estar dispostos a discutir os limites do consumo, e não só as taxas de natalidade.

O problema demográfico não é só uma questão de limitar a dimensão da família no Sul, mas também de assegurar que nenhum país vai esbanjar os recursos do planeta, mesmo que o possa fazer.

(In «Correio da AESE»)

FAMÍLIA, VIDA E SOLIDARIEDADE

(Continuação da pág. 7)

vertentes, preservativos, contraceptivos, esterilizações, aborto, etc. Para isto, siní mostra-se uma disponibilidade total para ajuda económica, propaganda e capacidade técnica, e são os mais pobres de entre os povos os destinatários destes planos de controle populacional.

18. Com frequência está pobreza coincide com as etnias indígenas do Continente. E deste modo acrescenta-se um perfil racista a estes propósitos, que se baseiam sobre argumentos falazes. Neste sentido, segundo muitos peritos, não é cientificamente certo que a terra não tenha recursos para alimentar convenientemente uma população maior. Acrescenta-se a estas argumentações um evidente egoísmo colectivo de países ricos, que querem defender o seu estilo de vida consumista da ameaça do mundo pobre, o qual os interpela reclamando a sua solidariedade. Não é casual o facto de uma onda de xenofobia se verificar hoje nalgumas dessas nações.

CONCLUSÕES

19. Nós, Bispos, queremos levantar a nossa voz perante os governos da região e perante todos os políticos, economistas e especialistas em população com responsabilidades na condução dos povos, incluindo aqueles que trabalham com as Nações Unidas (ONU), para que os povos latino-americanos sejam respeitados na sua própria identidade cultural, que inclui um alto apreço da fé religiosa como geradora de valores familiares e sociais e manifesta, de modo especial nas suas etnias indígenas, uma extraordinária estima pela família. Exortamos os dirigentes da sociedade que trabalham por uma cultura da família e da vida, a que não desanimem no seu esforço. Também queremos, a partir desta reunião continental, exortar os povos latino-americanos a que não se deixem enganar por princípios não totalmente verdadeiros, falsos temores e aparências de progresso, que podem fundamentar erroneamente campanhas antinatalistas, sem respeito pela vida e pela dignidade do homem e da mulher. Os nossos povos têm o direito e

o dever de defender os seus valores, sem serem manipulados a partir de centros de poder, que tentam impor os seus próprios critérios, sobretudo quando estes últimos não se apoiam na plena verdade.

20. Ao compartilhar o fruto do nosso trabalho, quisemos recordar e actualizar princípios fundamentais referentes à vida, à família e ao desenvolvimento, como contributo positivo para a construção de uma sociedade verdadeiramente humana. A Conferência do Cairo e a etapa que ela abre constituem um desafio à responsabilidade de todos, em especial dos dirigentes dos nossos povos.

Da Igreja exige-se nestes momentos que ela se esforce na «Nova Evangelização» que inclui, como foi ressaltado pelo Documento de Santo Domingo, «uma promoção integral do povo latino-americano e caribenho, a partir de uma evangélica e renovada opção preferencial pelos pobres, ao serviço da vida e da família» (n. 302).

Convidamos os nossos irmãos no Episcopado a que todos juntos promovamos, nas nossas Igrejas particulares uma campanha de oração pela família,

em vista da Conferência do Cairo, e uma Pastoral Familiar que anuncie, cada vez mais «com alegria e convicção, a boa nova sobre a família» (*Familiaris consortio*, 86).

A Sagrada Família de Nazaré, na qual nasceu e cresceu Jesus Cristo, Filho de Deus e Redentor da família, recomendamos todas as famílias dos nossos países e do mundo inteiro, com os seus sofrimentos e esperanças, para que do seu seio surjam as gerações que construam no terceiro milénio a cultura da vida e do amor, da liberdade e da paz.

Santo Domingo, República Dominicana, 18 de Junho de 1994

(seguem as assinaturas, respectivamente do Cardeal Bernardin Gantin, Prefeito da Congregação para os Bispos e Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina; do Cardeal López Trujillo, Presidente do Pontifício Conselho para a Família; do Cardeal Nicolás de Jesús López, Presidente do CELAM; dos Presidentes das Conferências Episcopais dos Países da América Latina e do Caribe; e do Vice-Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina.